

Revisitando o Serviço Social clássico

Revisiting classic Social Work

Gilmaisa Macedo da Costa*

Resumo – Este artigo tem por finalidade revisitar o tema das origens do Serviço Social em seu processo de institucionalização nos Estados Unidos. Expõe aspectos das bases históricas e teóricas da profissão, revelando conteúdos referentes ao Serviço Social, clássico hoje pouco analisado no interior da formação, limitando possivelmente a informação aos estudantes e profissionais sobre a produção do Serviço Social em seu contexto originário e talvez até mesmo a crítica a ele realizada. O texto trata do pensamento de Mary Ellen Richmond e sua proposição do Serviço Social de casos individuais, mostrando as bases teórico-metodológicas para uma ação sobre os indivíduos sociais em meio a um conjunto de interpretações divergentes sobre o tema. O pensamento de Richmond exerceu forte influência no Serviço Social europeu e no Brasil, oferecendo o suporte para que se fizesse uma crítica às tendências oriundas da base positivista e as insuficiências ali contidas como proposição conservadora.

Palavras-chave: Serviço Social clássico; institucionalização; bases teórico-metodológicas.

Abstract – This article aims to revisit the origins of social work in its process of institutionalization in the United States. It exposes aspects of the historical and theoretical bases of the profession, revealing contents referring to classic social work that are little analyzed today in undergraduate courses, possibly restricting information valuable to students and professionals about the inception of social work in its original context and perhaps even the criticism it received. The text deals with the thought of Mary Ellen Richmond and her proposal of the social work of individual cases, showing the theoretical-methodological bases for an action on social individuals in the middle of a set of divergent interpretations on the subject. Richmond's thought exerted a strong influence on both European and Brazilian social work, offering support to the criticism of tendencies originating from the Positivist base and the inadequacies contained therein as a conservative proposition.

Keywords: classic social work; institutionalization; theoretical-methodological bases.

* Assistente social. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, com Doutorado Sanduíche pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado pela Universidad de Buenos Aires (Argentina). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (Ufal). *Correspondência:* Faculdade de Serviço Social (Ufal), Campus A. C. Simões: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL. CEP: 57072-970. *Email:* <gilmaisa@uol.com.br>.

A proposição por esta Revista do tema Serviço Social na História constitui um raro momento para a revisitação de conteúdos teóricos e históricos hoje pouco analisados após aquele primeiro momento de uma crítica ao Serviço Social tradicional. Toda profissão precisa conhecer os seus clássicos, seja para segui-los, seja para negar os seus pressupostos ou revisá-los. Daí o caráter pedagógico proposto neste texto. Por clássica fica aqui entendida a obra que propôs pela primeira vez o tema destinado ao Serviço Social e elaborou seus pressupostos teórico-metodológicos, oferecendo insumos ao exercício da prática profissional, cuja influência expandiu-se a outros países.

Em termos históricos, o Serviço Social surge na dinâmica da socialidade capitalista, na qual a divisão do trabalho se diversifica em resposta às necessidades da teia da produção e das relações aí constituídas. A gênese do Serviço Social, entendida como um momento processual resultante de múltiplas determinações até sua plena configuração no capitalismo dos monopólios, remete à Europa dos meados do século XIX. Surge em meio às contradições e efeitos das desigualdades da base estrutural capitalista, sobre as quais atua a interação entre Estado, Igreja e organizações sociais assistenciais, desdobrando-se em ações dirigidas a um peculiar pauperismo que se abate sobre os trabalhadores e suas famílias.

A peculiaridade desse pauperismo reside em que, diferentemente de sociedades anteriores, nas quais a causa do pauperismo era a escassez, ele se manifesta num mundo da abundância, em que o desenvolvimento das forças produtivas permitia uma produção muito maior que as necessidades dos homens. Entretanto, as determinações próprias à desigualdade de classes geravam de forma indissociável pobreza e riqueza. As expressões do pauperismo e da desigualdade social, criadas na base econômica, provocam reações dos trabalhadores, configuradas na luta entre trabalhadores e capitalistas, cujo caráter político receberá dos ideólogos burgueses, por volta de 1831, a denominação de questão social.

Mas é no particular modo de expressão do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos que se configuram as condições adequadas para a sua constituição formalmente legitimada como conjunto de atividades peculiares a um grupo de pessoas preparadas para tal. Em sua institucionalização, alcança o *status* de profissão assalariada entre 1890 e 1940, desenvolvendo práticas especialmente no campo jurisdicional e de saúde; começa então a elaborar a apreensão do social com vistas à sua legitimidade acadêmica. Trata-se do momento clássico do capitalismo monopolista, no qual as ideias liberais do capitalismo concorrencial começam a ceder lugar às de um Estado que intervém na economia para a resolução de crises econômico-sociais. Marcado por momentos de prosperidade e de estagnação, também é permeado por guerras, crises sociais e momentos de ampliação e de redução dos empregos. No mesmo período, ocorre a crise de 1929, na visão de Mészáros (2002), uma das crises cíclicas do capital, passível de resolutividade no interior do próprio sistema.

Em termos conceituais, “O capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes”, junto ao qual há “um setor mais ou menos amplo da pequena empresa” que “participa, de muitas formas, nos cálculos e estratégias da grande empresa” (BARAN SWEEZY, 1966, p. 61). Enquanto a máquina a vapor significou a descoberta geradora do grande impulso para a Revolução Industrial, a estrada de ferro e a indústria automobilística são os grandes geradores do desenvolvimento no capitalismo dos monopólios. Segundo os autores:

Cada um produziu alteração radical na geografia econômica, com conseqüente repercussão nas migrações internas e na formação de comunidades inteiramente novas; cada um deles exigiu ou, pelo menos, tornou possível, a produção de muitos bens e serviços novos; cada um deles, direta ou indiretamente, ampliou o mercado para uma série de produtos industriais. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 219).

A expansão capitalista, no denominado momento clássico do capitalismo monopolista, dá-se concomitantemente à inserção do referido modelo nos Estados Unidos com sua linha de montagem automática de automóveis, estabelecimento de oito horas diárias de trabalho, mais recompensa aos trabalhadores, e apoiado numa clara visão do significado da produção e do consumo de massa. As primeiras décadas do século passado caracterizaram-se por grandes lutas em favor de reformas sociais, um período conhecido como *Progressive Era*. Especialmente em Nova Iorque, grupos militantes e de trabalhadores de esquerda formavam alianças, focalizando, particularmente, os problemas criados pelo desemprego durante os momentos de depressão.

A implantação do fordismo não se realizou com tranquilidade; havia resistência dos trabalhadores à linha de montagem, por sua rigidez, repetição de movimentos e intensificação de formas alienadoras no tocante à sua participação integral no processo produtivo. E mais, o “novo homem” proposto pelo fordismo implicava disciplina, boa formação moral, equilíbrio familiar e consumo moderado de álcool, para corresponder às expectativas do mundo corporativo. O quadro delineado é bem típico de um modo peculiar da questão social como forma de resistência dos trabalhadores às condições de vida propiciadas ao trabalho pelo capital, que o Serviço Social considera como base de seu surgimento e objeto de sua ação.

O movimento de prosperidade e de estagnação no desenvolvimento do capitalismo dos monopólios demanda uma diversidade de atividades no campo da produção e dos serviços que incidem sobre o indivíduo, a família e as necessidades sociais. Condições histórico-sociais e econômicas que propiciam a institucionalização do Serviço Social nos Estados Unidos da América, o denominado Serviço Social clássico.

Serviço Social nos Estados Unidos e sua expansão

A constituição do Serviço Social como profissão foi, sem dúvida, historicamente precedida pela atuação de grupos voluntários europeus que prestavam assistência social às camadas mais pobres da sociedade, sob a influência dos reformadores sociais, em parte vinculados às Igrejas. A atividade do voluntariado, composto de pessoal ligado à medicina social, à economia, à física social (sociologia) e à dinâmica de movimentos sociais que denunciavam a exploração de mão de obra (especialmente infantil), transforma-se processualmente em suporte ao modelo de administração capitalista em relação ao problema da pobreza de amplas camadas populacionais, passando a constituir um mecanismo de regulação dos conflitos sociais.

O marco histórico da formação em Serviço Social é o ano de 1890, com a criação da *Women's University Settlements*, em Londres. Oriunda do movimento feminista, esta formação de pessoal preparado para a ação social junto a grupos populacionais pauperizados foi um movimento de especialização e de racionalização da ação da assistência com base em teorias sociológicas e psicológicas. Esse processo vem acompanhado do desmonte de certa utopia revolucionária presente no interior dos movimentos feministas. Significou também uma mudança dos padrões éticos que se pretendiam humanistas e de solidariedade, viabilizando a síntese entre a moral cristã e os valores burgueses. Essa tendência de formar pessoal preparado para a ação social se estende ao conjunto do voluntariado interessado em manter um papel ativo no processo de penetração no meio social.

Em 1893 é realizado o primeiro curso experimental de formação para voluntariado social pela *Charity Organization Society* de Londres – instituição criada em 1869. Em 1894 essa mesma organização promove experiência idêntica nos Estados Unidos. Daí surge o movimento liderado pelas *Charities* inglesa e norte-americana e pela *Women's* para a formação adequada a certo tipo de atividade social praticada pelo voluntariado social. A *Charity* passa a utilizar pessoal qualificado e remunerado na realização de investigações sociais, a partir das quais seriam determinadas as formas de assistência social.

Tais pesquisas ou inquéritos sociais sobre as condições socioeconômicas serviam de base para selecionar as famílias necessitadas de “ajuda”. Após a seleção dos casos sociais, a orientação era entregue a um visitador domiciliar (*friendly visiting*), responsável pelo acompanhamento da situação concreta e pela promoção da prevenção de conflitos através da compreensão mútua entre ricos e pobres. Desse modo, o Serviço Social pode ser de fato compreendido como profissão assalariada a partir da institucionalização que ali ocorre e da elaboração de suas primeiras produções teóricas. Em 1897, Mary Ellen Richmond, membro da *Charity* norte-americana, propõe a criação da Escola de Filantropia Aplicada, destinada à formação de pessoal

para esse fim. De todo o movimento da realidade de natureza econômica e político-social, nos finais do século XIX emerge o processo de institucionalização do Serviço Social.

Na sequência, proliferam, quase ao mesmo tempo e em várias partes da Europa e nos Estados Unidos, outras escolas de formação de assistentes sociais, posteriormente incorporados por instituições públicas ou privadas, inclusive as primeiras experiências de formação acadêmica em 1899 em Nova Iorque e em Amsterdã (Holanda). Isso evidencia que a necessidade de tal atividade social e de seus agentes intelectualmente preparados foi gerada pelas condições sociais criadas na base econômica, marcada pela incômoda situação de desigualdade social, em que uma sociedade caracterizada pela abundância dependia de instituições para a prestação de serviços sociais com vistas a minimizar os problemas da pobreza e a insatisfação das classes trabalhadoras pauperizadas envolvidas no processo.

O fenômeno da expansão do Serviço Social se estende e o processo de institucionalização se desdobra até aproximadamente 1940. Instaura-se a preocupação em termos de definir o caráter, a função, o objeto da ação e os métodos de procedimento profissional. No plano intelectual tratava-se de uma aproximação à ciência social de uma atividade que buscava fundamentos para a sua prática pedagógica junto a indivíduos e grupos de trabalhadores, de desempregados e de suas famílias, cujas condições de vida eram resultantes da desigualdade de classes própria do capitalismo.

Quanto às bases teórico-metodológicas que constituíram as primeiras influências científicas no Serviço Social, não poderiam ser outras que aquelas das quais se originaram seus agentes intelectuais de ascendência da classe burguesa ou por eles formados, com base no pensamento da intelectualidade gerada em meio às transformações do modo de produção capitalista. No século XVII assistiu-se à afirmação da ciência experimental de que a atividade científica não mais se reduzia a observar e classificar os fenômenos, partindo de dados empíricos para os princípios eternos, conforme predominara na Idade Média. Marcado pela objetividade, o pensamento burguês busca apreender a legalidade objetiva da realidade para transformá-la conforme os seus interesses econômicos e sociais, o que levou a descobrir e explicar os fenômenos e as leis que constituem a natureza a partir da própria natureza, tendo a racionalidade humana como meio de captar o conhecimento dos dados observáveis. Surgem as ideias do conhecimento com base em métodos científicos para conduzir a razão a procurar a verdade nas ciências.

O empirismo adquire grande força no campo da pesquisa científica; aquilo que pode ser observado, testado e demonstrado empiricamente a partir da descoberta das leis internas que regem o objeto torna-se de grande importância para as descobertas científicas. Ocorre a separação entre Filosofia e Ciência em consequência das lutas entre a intelectualidade dominante do *ancien regime* e a burguesia que assumiu o poder, defendendo a ciência

necessária ao domínio da natureza, da qual resultou a eliminação de toda Ontologia como base ao conhecimento científico, uma tendência que se estende às Ciências Sociais, que buscam nas ciências da natureza o seu modelo.

No âmbito das Ciências Sociais, Durkheim (1978) cria a primeira formulação metodológica para a Sociologia proposta como ciência autônoma sob a influência do positivismo, concebendo os fatos sociais como coisas e defendendo que cada ciência social deveria ter método e objeto próprios particulares e autônomos. Algo semelhante é defendido por Richmond (1950, p. 18) quando diz que “o Serviço Social dos Casos individuais deveria utilizar provas e meios [...] não apenas os legais, mas os que se seguem na história e nas ciências naturais”. A tendência positivista será evidenciada na primeira produção teórica do Serviço Social por Mary Ellen Richmond, mediante a aproximação às ciências sociais já constituídas com seus objetos definidos, em especial a Sociologia e a Psicologia. A predominância da investigação empírica será evidenciada a partir da prática dos agentes sociais na elaboração do *Diagnóstico social*.

O Serviço Social de casos individuais

Mary Ellen Richmond é reconhecida como a pioneira do Serviço Social profissional no sentido de ter elaborado as primeiras produções teóricas do Serviço Social e de ter influenciado o Serviço Social em todo o mundo. Duas de suas obras, *O diagnóstico social* (1917) e *O que é Serviço Social de casos* (1922), reúnem as principais ideias dessa autora sobre o Serviço Social de casos individuais e representam a base que deu início à produção teórica no campo do Serviço Social. Esse pensamento pioneiro espalhou-se pela Europa e por outras partes do mundo onde o Serviço Social se institucionalizou como profissão. No Brasil, a influência do Serviço Social estadunidense se faz presente especialmente a partir da década de 1940, com o intercâmbio entre os dois países, que promoveu a ida de representantes do Serviço Social brasileiro aos Estados Unidos.

Publicada em 1917, a principal obra de Richmond (1950), *Diagnóstico social*, levou 15 anos até a realização final. Configurou-se a partir de ampla investigação de natureza documental e junto a um significativo número de suas colaboradoras sobre o conteúdo e a forma das atividades desenvolvidas pelos agentes sociais no exercício de suas atribuições institucionais. Considerava a necessidade de reunir noções técnicas básicas e comuns de procedimento metodológico ao conjunto dos assistentes sociais extensivo àquelas que não estavam voltadas diretamente aos casos individuais, tomando como exemplo atividades como a Medicina e o Direito em suas diversidades de especializações. Pode-se dizer que neste aspecto o pensamento de Richmond (1950) revelava sua aspiração a dar um caráter

científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais com a elaboração do diagnóstico como instrumento próprio de investigação e de ação. O número de profissionais assalariados envolvidos com atividades de Serviço Social nos Estados Unidos, em 1915, já era significativo e tais atividades não estavam reduzidas ao Serviço Social de casos individuais, conforme consta do folheto da Escola de Filantropia de Nova Iorque citado em *Diagnóstico social* (RICHMOND, 1950, p. 3).

O contexto social entre 1900 e 1920, caracterizado por grande inquietação e movimentos em favor de reformas sociais, é um elemento favorável aos ideais vigentes no interior do Serviço Social. Certamente os movimentos sociais reformistas não formavam um bloco indivisível de ideias; a tendência de Richmond não era, portanto, a única. As divergências davam-se basicamente em defesa ou contra a intervenção do setor público nos programas sociais, o uso adequado dos fundos públicos e a luta por melhoria dos equipamentos, como creches, escolas, construção de *playgrounds* e ginásios de esportes, planejamento urbano e habitacional etc.

Para explicar as dificuldades encontradas pelo Serviço Social, a autora busca o apoio da racionalidade científica derivada da sociologia, da psicologia e das ciências jurídicas. Propõe criar um método particular para o Serviço Social que fosse comum a toda ação profissional.

Mesmo nesse período, o Serviço Social que emerge não dispõe de um conjunto homogêneo de ideias e não comporta apenas a abordagem sobre os casos individuais. Richmond 1950 se ocupa teoricamente do denominado Serviço Social de casos individuais e elabora sua proposta de investigação diagnóstica a partir de realidades empíricas sobre as quais poderiam ser feitas deduções: “O primeiro estágio para a dedução é uma tentativa que se chama hipótese” (RICHMOND, 1950, p. 72). Assim, identifica-se nesta obra a influência do método hipotético-dedutivo, criado no desenvolvimento científico.

O pensamento de Richmond

Diferentemente do Brasil, já nesse período os Estados Unidos dispunham de uma ampla rede de atendimento assistencial que permitia o encaminhamento de pessoas necessitadas de assistência de natureza variada, ou seja, materiais, judiciais, educativos e de saúde, de modo que o encaminhamento tornou-se um dos instrumentos do Serviço Social. Uma primeira crítica feita ao Serviço Social estadunidense foi a de que ele não oferecia conteúdo teórico ao Serviço Social brasileiro, visto que se tratava de uma realidade muito distinta da nossa. Deste modo, parece que o pensamento de Richmond não se tornou objeto de estudo em seus fundamentos, pelo menos em matéria de publicação, embora tenha exercido forte influência no Serviço Social de casos no âmbito da formação profissional.

Em face dos limites disponíveis para este artigo, iremos recuperar somente os aspectos mais decisivos no pensamento da autora referente às bases teóricas e conceituais. Segundo Richmond (1950), o Serviço Social, considerado em sentido amplo, poderia fazer progredir a espécie humana, tornando melhores as relações sociais. Uma função conceitualmente pensada mediante o ajuste entre indivíduo e meio social, no qual não cabia o real caráter de totalidade do sistema capitalista como modo de produção cuja base é a exploração do homem pelo homem. Neste sentido, partilha da concepção do capitalismo como fim último, podendo ser melhorado no seu processo de desenvolvimento. Já o Serviço Social seria um modo de realização disso através da ação sobre a consciência dos indivíduos por meios materiais ou intelectivos.

Embora contenha em si a ideia de progresso bem típica do positivismo e o suporte da sociedade no indivíduo, não propõe a desvinculação do Serviço Social de outras teorias, porquanto este teria muito a aprender com atividades sociais como a medicina, o direito, a história, a lógica e a psicologia. Entretanto, não há menção alguma às causas econômicas dos problemas por eles vivenciados – a sociedade melhoraria com a melhora do indivíduo. Consequentemente, o campo específico de ação do Serviço Social de casos seria o “desenvolvimento da personalidade do indivíduo”, ocupando-se de estabelecer melhores relações sociais, tratando o indivíduo um a um no círculo íntimo da família” (RICHMOND 1950) Por isso mesmo a família se torna um campo decisivo de investigação sobre a situação do indivíduo trabalhador e os problemas que este possa apresentar no trabalho. O conceito básico é que “O Serviço Social de Casos Individuais é um conjunto de métodos que desenvolvem a personalidade, reajustando consciente e individualmente o homem em seu meio social” (RICHMOND, 1950).

Em *Diagnóstico Social* Richmond (1950, p. 8) partilhava com os reformadores sociais da Europa e dos Estados Unidos o questionamento à prestação da assistência com base em critérios puramente econômicos e até repressivos, concordando com aqueles que, junto à necessidade de concessão de auxílios, “estudavam e desenvolviam as capacidades latentes desses indivíduos” (Idem, p. 8). Com tais reformadores surge a ideia da superação do inquérito social como fim em si mesmo, tradicionalmente realizado junto aos pobres para qualificar sua necessidade à assistência social, bem como a proposta de sua realização “tendo como motivo e objetivo a reintegração social dos indivíduos” (RICHMOND, 1950, p. 8), ao qual Richmond considerou mais adequada a denominação de diagnóstico social. Só que tal reintegração está mais relacionada aos aspectos comportamentais que visavam à adaptação dos indivíduos às normas sociais, evitando reações à sociedade que pudessem pôr em risco o equilíbrio social. Abre-se o espaço à moralização dos costumes, à criação dos hábitos e atitudes adequados ao “bom trabalhador”, à “boa moça”, ao equilíbrio nas relações familiares, que perpassam os relatos das atividades práticas contidos

no texto e que configuram a função ideológica da profissão no sentido da ação de uma consciência sobre outras consciências.

A proposta metodológica

Neste Serviço Social de casos, a interação entre o profissional e o “cliente” era proposta para viabilizar a prestação de certos serviços institucionais acompanhados de ação pedagógica, tendo “como objetivo imediato a melhoria dos indivíduos ou das famílias, uma a uma, independentemente da sua melhoria coletiva, no conjunto do agregado social” (RICHMOND, 1950, p. 4). Caracterizava, portanto, uma ação centrada nas pessoas, com vistas ao seu crescimento, independentemente da coletividade.

O caráter da obra é basicamente empirista e, para diagnosticar uma “dificuldade ou necessidade de natureza social” (RICHMOND, 1950, p. 4), de um indivíduo ou de uma família, propunha-se reunir o maior número possível de conhecimentos dos fatos imediatos. Para tanto, deveriam ser tomadas como fontes de informação as realidades sociais “definidas como consistindo de todos os fatos, da história pessoal e familiar que, tomados em conjunto, indicam a natureza das dificuldades sociais dum necessitado e dos meios de removê-la” (RICHMOND, 1950, p. 26). Quanto ao significado dos fatos, estes não deveriam “limitar-se às coisas, visíveis ou tangíveis [...]. Os *pensamentos* e acontecimentos são também fatos” (RICHMOND, 1950, p. 29).

Evidencia-se a concepção de fatos sociais como coisas de natureza objetiva e subjetiva que, mediante o procedimento metodológico hipotético-dedutivo, poderiam alcançar as causas dos problemas individuais. A colheita destes fatos consistia na base para deduções obtidas através do raciocínio. Reunidos os fatos e feitas as deduções, deveria proceder-se à comparação e à interpretação dos dados; com isso, formava-se um quadro de referência da pessoa e do seu problema. Todo o material era disponibilizado ao controle das instituições, para que se processasse o acesso a bens e serviços ao necessitado. Consolidava-se, assim, um amplo controle dos membros pauperizados da coletividade.

No processo desencadeado na relação da assistente social com o “cliente” ocorria uma interferência institucional na privacidade interna e externa da pessoa contra a qual esta, como portadora de necessidades, não tinha como se negar. Portanto, não resultava de uma livre decisão sua o expor-se ao processo. Compunha o conjunto da categorização da pobreza obtido através do diagnóstico social e comportamental destinado aos trabalhadores em dificuldades, desempregados, crianças em situação de abandono ou delinquência, viúvas, doentes ou todos os que não dispunham de meios próprios para a resolução de suas dificuldades materiais ou pessoais. Em termos de uma atividade realizada por um grupo de agentes particulares, corresponde ao que José Paulo Netto (1991) reconheceu como objeto de

intervenção do Estado nas expressões da questão social em suas novas funções no período monopolista consolidado.

Por outro lado, justamente pelo caráter empirista, a obra oferece base a uma ampla investigação diagnóstica que revelava traços imediatos da vida social, das condições de existência daqueles indivíduos, do desemprego, dos aspectos jurídicos e de direito, das relações interpessoais. Desse modo, não se limitava ao plano meramente subjetivo, contendo a dimensão de uma investigação de aspectos sociais que poderia dar ao assistente social um conhecimento objetivo da problemática da realidade social imediata em que aquelas vidas se moviam. Esse duplo movimento em direção a elaborar um diagnóstico das necessidades da pessoa não se destinava à investigação da vida social em si; sua finalidade se expressa no seguinte conceito:

O diagnóstico social pode ser definido como sendo a tentativa para se formar um juízo tão exato quanto possível da situação e da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e personalidade, estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele e em relação também às instituições sociais de sua comunidade. (RICHMOND, 1950, p. 305).

Assim, o diagnóstico social permitiria apreender a situação e a personalidade de um indivíduo que, por qualquer necessidade, recorresse a instituições sociais, subsidiando a ação profissional no sentido de o indivíduo encontrar em si mesmo solução para os problemas. Os caracteres pessoais e as relações daquele indivíduo, na família, no trabalho, na vizinhança, enfim, no meio social imediato, tomados em si, sem relação com as bases econômico-causais, não revelavam o verdadeiro caráter social dos problemas enfrentados pelo indivíduo, decorrentes de suas condições de classe e do caráter essencial da sociedade. Permaneciam no nível fenomênico da individualização. Ao mesmo tempo, o problema não só era centrado na personalidade, mas, além disso, a ação profissional deveria dirigir-se à expansão da personalidade, como propõem suas reflexões no capítulo XIX, destinado ao que a autora denomina Bases Filosóficas.

O texto ressalta dois conceitos básicos oriundos da psicologia que, segundo a autora, “constituem mesmo a filosofia que forma a base do Serviço Social dos casos individuais e explicam a necessidade de ele subsistir para sempre; o primeiro refere-se às diferenças entre os indivíduos; o segundo prende-se à teoria da expansão da personalidade” (RICHMOND, 1950, p. 314). Em relação às diferenças entre os indivíduos, apoia-se principalmente em Edward E. Thorndike. Este considera que há uma variedade imensa de caracteres individuais, e essas diferenças constituem um traço originário do homem, a ser levado em conta pela medicina, pela educação ou por quaisquer forças socioprofissionais. O pensamento de Thorndike é considerado uma variante do neobehaviorismo, ramo da psicologia experimental.

A corrente Hedônica de Thorndike [...] conquanto também prevalentemente empirista e objetivista, oferece, no entanto, a peculiaridade de admitir, na experimentação um elemento novo de ordem subjetiva – o princípio do *prazer-desprazer*. Tal princípio é, de fato, básica e constantemente invocado por Thorndike na elaboração de sua teoria hedônica da aprendizagem, inspirada em seus conhecidos experimentos de ‘ensaio e erro’, que tanto vieram a influir na evolução posterior do behaviorismo. (NOBRE DE MELO, 1979, p. 90 “ grifos no original).

Richmond (1950, p. 314) inicialmente observa: “Socialmente, as semelhanças entre os homens têm muita importância, sendo elas que tornaram possível a melhoria das massas, tendo a individualidade necessariamente de se lhes adaptar”. Mas, em seguida, ao ressaltar que os indivíduos são originalmente diferentes, remete tal constatação ao problema da administração democrática: “Nos primeiros períodos da democracia parecia que a melhor orientação administrativa seria aquela que a todos servisse de maneira exatamente igual, mas veio depois a concluir-se que era necessário proceder de modo diferente para com indivíduos diferentes e sempre com benefício social mais proveitoso” (RICHMOND, 1950, p. 314).

Dado que a constatação das diferenças entre os indivíduos é uma característica natural do ser humano, e sendo este o critério dominante entre os reformadores, “não parece necessário fazer mais considerações sobre a verdade deste conceito” (RICHMOND, 1950, p. 315). Para ela, o critério é suficiente e necessário na administração de qualquer serviço de natureza socioinstitucional. O critério da igualdade entre os homens deve ser substituído pelo da natural desigualdade entre os indivíduos, como referência para a concepção de democracia. Como se pode perceber, uma reflexão condizente com princípios do pensamento liberal e da tendência ao individualismo reinante na própria sociedade.

A base filosófica mais fundamental ao Serviço Social estaria, para a autora, no conceito de expansão da personalidade. E acrescenta: “como se tem caminhado devagar neste campo e como o nosso ideal consiste em abandonar as classificações gerais, ocupamo-nos, em vez disso, do homem no seu conjunto” (RICHMOND, 1950, p. 315). Entretanto, o que à primeira vista parece, nesta produção profissional, apontar para a necessidade de refletir o “homem no seu conjunto”, entender mais a fundo em que consiste o homem como totalidade revela-se em seguida considerar o indivíduo idealmente como o somatório das suas relações. Indica mais um ponto de vista corrente na categoria profissional: “Também, cada vez mais, embora mais lentamente, o Serviço Social tem a ideia de que o espírito humano (e evidentemente o espírito humano é que é o homem) pode ser descrito como o somatório das suas relações sociais” (RICHMOND, 1950, p. 315).

A ideia aí subjacente é de que os elementos externos ao indivíduo influem sobre a expansão da personalidade, porque esta é resultado do meio social. Complementa tal pensamento:

Sabemos que a personalidade se dilata e se expande quando lhe surgem novos direitos, novos interesses, novas ligações de amizade, e sabemos também como ela é afetada quando a esfera de nossa atividade é reduzida ou quando a morte nos rouba uma amizade. Não é, pois, uma frase literária e metafórica dizer-se que perdemos uma parte de nós próprios. (RICHMOND, 1950, p. 315).

Neste plano das relações sociais, Richmond (1950) as compreende mais precisamente como relações dos indivíduos com as companhias que fazem parte da sua vida. Diz, por exemplo: “sabemos quem é um homem pelas companhias que tem” Ou mesmo: “um homem é, na verdade, mais influenciado pelas suas companhias do que pelas que os seus antepassados tiveram” (RICHMOND, 1950, p. 315).

Essas assertivas resultam da interpretação que a autora faz de algumas contribuições ao conceito de personalidade; ela opta pelas que avalia como as melhores entre os psicólogos da época. Uma delas vem da Psicologia Social de James Mark Baldwin, que relaciona os interesses da pessoa ao seu meio imediato. Diz: “Ele estende os seus interesses de consciência e de afetividade às companhias que tem” (BALDWIN *apud* RICHMOND, 1950, p. 315), ideia que Richmond (1950, p. 315-316) ratifica: “Estes interesses estão sujeitos a variações contínuas, e essas variações, que tanto podem elevá-los quanto rebaixá-los, são condições com que o homem tem, normalmente, de se debater no robustecimento das relações sociais”.
Explicita:

O pensamento da personalidade emerge diretamente de certos dados das relações sociais; na verdade, ele é a forma pela qual as relações sociais entram na organização de novas experiências pessoais. O *eu* não é uma abstração situada isoladamente no corpo da pessoa como as nossas teorias da personalidade nos levariam a concluir. É como um sentido da rede de relações que existem entre mim, vós e os outros, pelas quais certas necessidades pungentes de sentimento, de vida ativa e de pensamento concreto requerem que eu me empenhe, colocando-me a mim próprio num polo, e a vós ou a eles, noutra polo. (BALDWIN *apud* RICHMOND, 1950, p. 316).

Assim sendo, aproxima-se de tendências empiristas e predominantemente objetivistas da psicologia, que, por um lado se voltam para o indivíduo a pessoa humana unitariamente configurada e, por outro lado, acentuam o valor da realidade externa como fonte da atividade psíquica. Faz uma apreciação exterior das formas de comportamento dos indivíduos nas suas relações interpessoais e exalta a necessidade do empenho do indivíduo, ajudado pelo Serviço Social, para expandir-se como pessoa na resolução dos males que o afetam. A atuação sobre as pessoas seria, portanto, o caminho para mudar o meio social.

Considerações finais

A obra de Richmond, pensamento que deu origem à produção teórica do Serviço Social, oferece uma exaustiva proposta investigativa e do modo como proceder sobre as realidades sociais que compõem a situação de vida e de saúde das pessoas às quais devem ser prestados serviços institucionais. Entretanto, embora a obra ofereça um vasto conjunto de formulações destinado à investigação das condições de vida dos indivíduos no âmbito da família, do trabalho e das relações imediatas, e forneça elementos empíricos a um conhecimento de natureza sociológica em matéria da aparência da sociedade na qual os indivíduos vivem e agem, a destinação do material investigado tem por finalidade o conhecimento do indivíduo e não das relações sociais nas quais este se insere. Tendência que irá se aprofundar posteriormente, passando por uma inflexão destinada a pensar o indivíduo com base na psicanálise.

Em linhas gerais, o tema da individualidade aparece na obra de Richmond intitulada *O Diagnóstico Social*, a única investigada por nós neste texto, como substrato à atuação profissional na sua proposta de elaborar uma técnica comum do diagnóstico social para o conjunto dos assistentes sociais. De modo ainda incipiente, recorre a conceitos de teorias psicológicas oriundas do funcionalismo, que Davidoff (1983, p. 720) define como corrente no campo da psicologia “Movimento psicológico de interesse histórico que se concentrava no funcionamento dos processos mentais, especialmente quando auxiliavam as pessoas a sobreviverem em um mundo perigoso” e do behaviorismo, concebendo-as como base filosófica no conhecimento de características do indivíduo e da expansão da personalidade. O conceito de personalidade presente em *Diagnóstico Social* tem por base a concepção de homem como somatório das relações sociais.

O problema da individualidade e do indivíduo como ser livre foi posto em pauta no capitalismo como momento em que o processo de individualização alcança o seu auge. No capitalismo, o indivíduo emerge como portador de uma liberdade que não encontra precedentes na história das sociedades de classe e a personalidade se transformou em objeto de investigação por tendências filosóficas e científicas de vários matizes demarcada com certa autonomia em relação a outros campos do conhecimento e quase sempre centrada no indivíduo desconectado da totalidade social. Entretanto, conforme Marx: “O ser humano só se individualiza pelo processo histórico” (MARX, 1981 p. 407). E é no capitalismo que os indivíduos vão aparecer como individualidades, tornando-se objeto de estudos e teorizações do ponto de vista econômico, político e filosófico. Ainda mais: “a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento” (MARX, 1983, p. 4).

O Serviço Social toma então a concepção de personalidade em seu caráter atemporal, portanto, a-histórico. Uma concepção de personalidade geral que coexiste com a de indivíduo abstrato, ideia incompatível com o indivíduo real, concretamente determinado. Os grupos e instituições comparecem como meios para o desenvolvimento individual, enquanto os indivíduos singulares, com suas motivações e interesses tomados em si mesmos, são as forças propulsoras do desenvolvimento da sociedade. Essa hipertrofia do indivíduo é agravada pela ausência de fundamentação sócio ontológica da individualidade. A história de cada indivíduo é tomada nestas perspectivas como referência somente para a descoberta de problemas que comprometam sua adaptação a uma vida social ativa e harmonicamente adequada à convivência no trabalho, na família, no meio social. Não há qualquer relação entre a personalidade e a essência da sociedade no seu desdobramento histórico-concreto.

O Serviço Social de casos, tal como foi pensado em suas origens, medeia sua ação sobre as consciências dos indivíduos na prestação de serviços sociais, não apenas de natureza material, mas através da interpretação de sintomas patológicos no comportamento das pessoas. Os conflitos imediatos, em última instância oriundos da base material, expressos, nestes casos, por indivíduos das classes pauperizadas, como o desemprego, a degradação das famílias, o abandono de crianças e velhos, o precário nível de educação, as baixas condições de existência, causas reais imediatas da problemática de vida das pessoas e de suas relações, são avaliados e tratados como manifestações da inadaptação dos indivíduos à realidade social, quando na verdade é esta mesma realidade que os aliena.

Referências

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

DAVIDOFF, L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método sociológico*. Tr. Margarida Garrido Esteves, Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

_____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, I. *Para Além Do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

MELO, A. L. N. *Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RICHMOND, M. E. *Diagnóstico Social*. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

_____. What is Social Work. In: *Caso social individual*. 1922. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000029.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

DOI: 10.12957/rep.2017.32747

Recebido em 30 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 05 de dezembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.